timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 122 MARÇO 1996

BANGUECOQUE: EFEITOS PERVERSOS?

O governo parece ter apostado em três vectores: reconhecimento do protagonismo que deve ter a parte timorense, maior capacidade de iniciativa política e mediatização das suas intervenções

Foi no quadro destas premissas que se desenvolveu a peça estreada em Banguecoque. Espectadores não faltavam.

A entrada em cena de Portugal fora anunciada, comentada com antecedência, estava criada uma expectativa grande. Vários personagens a foram alimentando: Ali Alatas, ao declarar que Timor Leste era um "*assunto irrelevante*" para a ASEM, Jacques Santer, ao afirmar que o objectivo da Cimeira não era fazer queixas sobre violações de direitos humanos, António Guterres, ao repetir que "*as questões relativas aos direitos humanos e aos direitos do povo de Timor Leste*" o preocupam permanentemente e que a sua voz não ficaria "*silenciosa na defesa dos direitos humanos*".

INICIATIVA SURPRESA

O Primeiro-Ministro português encontrou-se pessoalmente com o Presidente Suharto, durante cerca de 20 minutos, no final de um jantar informal oferecido pela Presidência da Cimeira, colocando-o perante uma proposta do seguinte teor: Portugal estaria disponível para aceitar o estabelecimento de "secções de interesse" entre os dois países, na condição de Jacarta libertar Xanana Gusmão e todos os presos políticos timorenses e de garantir o respeito pelos direitos humanos em Timor Leste, sob acompanhamento (supervisão) das Nações Unidas. O general aceitou que a ideia fosse discutida durante a próxima ronda negocial que terá lugar entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU.

António Guterres deu imediatamente a conhecer à comunicação social a sua iniciativa, enquanto Ali Alatas ficava tolhido pela surpresa, reagindo só mais tarde e de uma forma atrapalhada e incongruente.

A imprensa deu destaque ao acontecimento, o Primeiro-Ministro teve ocasião de repetir, durante uma sessão de trabalho oficial, a proposta que fizera ao Presidente indonésio, Jacques Santer mencionou a questão de Timor Leste no seu breve resumo do encontro, a Declaração final da Cimeira aceitava a expressão "*direitos fundamentais*" (ao invés de "*não interferência nos assuntos internos*", como prefeririam os Estados asiáticos).

Uma vitória em toda a linha. Ou, como escrevia o correspondente da *Reuter* na capital portuguesa (26/2/96), "*diplomatas em Lisboa concordam em que seria impensável para os governantes participarem numa reunião internacional com a Indonésia e permanecerem silenciosos relativamente a Timor. No entanto, é tão grande a importância do encontro, quer para a União Europeia, quer para os membros da ASEAN, que Portugal não quer ser responsabilizado por estragar o seu sucesso, dizem. Funcionários portugueses admitem que Guterres e o MNEJaime Gama terão de desencantar uma acção equilibrada para manter satisfeitos, simultaneamente, a sua audiência interna e os parceiros da União Europeia*".

Do ponto de vista do seu conteúdo político, a proposta, não sendo nova, foi rodeada de cuidados. É preciso relembrar e insistir em que criar "secções de interesse" não é o mesmo que restabelecer relações diplomáticas. Tendo sido a Indonésia a primeira a mostrar o seu desejo de avançar para uma situação destas, há cerca de dois anos (embora o seu objectivo seja sempre, claramente, o de conseguir a abertura de embaixadas em Lisboa e Jacarta), as contrapartidas exigidas por Portugal são de peso e, a serem aceites, todas - na teoria e na prática - constituiriam um bom passo em frente na concretização de uma solução negociada, de acordo com o direito internacional, para a ocupação ilegal de Timor Leste.

O Primeiro-Ministro também fez notar: o diálogo não pode ser bilateral, pelo que não se propunha que houvesse uma resposta no momento - a discussão da proposta deveria ser feita em sede própria, isto é, no quadro das Nações Unidas.

neste número:

EFEITOS PERVERSOS

ÁUSTRIA: DERROTA GERAL

PAPUA OCIDENTAL: EM EBULIÇÃO

AS FÚRIAS À SOLTA

A pouco e pouco, foram-se fazendo sentir os efeitos. Logo de imediato, verificou-se que a cobertura nos *media*, nacionais e internacionais (com raras excepções) distorcia, na prática, o alcance político da iniciativa, ao reduzir as exigências portuguesas à "*libertação de Xanana Gusmão*".

Os comentários, em Portugal, de políticos e jornalistas, dispararam opiniões diversas, mas quase todos se fixaram no curto prazo e pareceram ignorar o conjunto da situaçao. "Se Suharto não responder ao fim de uma semana... é a derrota"; "se Suharto ignorar a questão... acabam-se as negociações...".

Ao mesmo tempo, as reacções vindas de Timor Leste foram de incompreensão, desconfiança e até desagrado. "Um encontro com o carrasco principal do povo timorense, o que pode vir daí?", "Preocupações portuguesas e da comunidade internacional já se conhecem de há muito... O dia-a-dia é de ferro e fogo, no território à mercê do colonialismo indonésio."

O Governo devia ter esclarecido, devia ter divulgado um texto escrito, devia ter utilizado a RDP Internacional e a RTPI para fazer chegar a Timor Leste a sua mensagem. Não basta fazer brilharetes no momento em que se pisa o palco.

Abriu-se uma caixa de Pandora: os partidários de um desfecho rápido (e favorável à Indonésia) do conflito fingem acreditar que o que está em causa é a oferta portuguesa de restabelecer relações diplomáticas com Jacarta. Uns exultam publicamente, outros insinuam, outros ainda aumentam as pressões diplomáticas e as manobras de corredor. São riscos que se correm, mas é preciso saber como enfrentá-los!

SABER NEGOCIAR

Ter iniciativa política e diplomática não pode ser um fim em si mesmo. Muito menos mediatizar as acções. É preciso não esquecer que a libertação de Timor Leste é uma batalha que exige um grande fôlego. Esperamos que o Governo - e o PR, "esquecido" por Guterres nos momentos do ensaio geral antes de Banguecoque - sejam capazes de elaborar, de prever, os vários cenários a curto e médio prazo, para que as suas medidas não venham a gerar efeitos perversos.

O poder na Indonésia está na fase confusa que antecede as grandes mudanças. O desaparecimento político de Suharto joga um papel cada vez maior, as eleições aproximam-se (1997), a sociedade civil, os partidos políticos, o poder militar, agitam-se em permanência. Toda a atenção é pouca, todo o conhecimento do evoluir da situação se torna precioso.

Não é fácil conciliar capacidade de iniciativa e visibilidade pública com uma corrida de fundo que tem os seus labirintos e um ritmo marcado por um conjunto complexo de situações e fenómenos. A opinião pública, em particular, está sempre à espera de milagres e acredita facilmente nos grandes rasgos: derrotistas ou salvadores. Respostas simples e directas não há.

ÁUSTRIA: DERROTA GERAL

O segundo encontro intra-timorense, realizado entre 19 e 22 de Março em Burg Schlaining, Áustria, saudou-se por uma derrota geral. Derrota, porque representou um retrocesso relativamente a alguns passos importantes - como a construção e o reconhecimento de uma entidade/identidade timorense - que tinham sido dados no encontro anterior. Geral, porque atingiu todas as partes envolvidas - Timor Leste, Indonésia, Portugal e a comunidade internacional representada pelas Nações Unidas.

Apesar de ser conhecido que as autoridades indonésias estavam a levantar todos os obstáculos à presença do antigo governador do território Guilherme Gonçalves, uma voz que se tinha revelado muito crítica para elas aquando do 1º encontro, a Resistência timorense no exterior pareceu não ter preparada nenhuma resposta para essa ocorrência. A aceitação, de facto, do banimento de Guilherme Gonçalves, a incapacidade em lutar pela sua presença e de fazer dessa luta o elemento aglutinador dos timorenses, impediu a existência de uma referência para os elementos vindos do interior, que funcionasse como factor desinibidor dos medos impostos.

A partir daí ficou refém da ameaça indonésia de "*não continuação do diálogo*" e viu-se a aceitar a inclusão de pontos na declaração final, como aquele que faz apelo ao apoio ("*financeiro e técnico*") de Portugal, que reforçam o estatuto político do território como "27ª província".

Não surpreende que o MNE Jaime Gama se tenha distanciado destes "apelos". Para Portugal, que faz da existência de uma "parte timorense" forte e coesa, um ponto forte da sua estratégia diplomática, pois, como afirma, "*sem ela não existe solução estável, duradoura, para o problema*", a sua posição saiu fragilizada deste encontro.

Por sua vez, as Nações Unidas, ao recusarem assumir-se como garante do cumprimento de pontos anteriormente acordados - que os convites (e logo as presenças) eram a título individual, que não haveria interferências externas (a mulher de Lopes da Cruz entrava e saía à vontade da sala com bilhetinhos de/para o embaixador indonésio em Viena), que o encontro não seria gravado nem filmado para além de períodos pré-estabelecidos - facilitaram o desastre geral. E obnubilaram o seu papel de medianeira no conflito (do ponto de vista global e não só do encontro intra-timorense), ao mostrarem-se contemporizadoras para com os interesses de uma das partes.

Aparentemente, o regime indonésio foi quem saiu vencedor de Burg Schlaining. Na realidade, também perdeu. Jacarta mostrou que a sua estratégia continua a ser a de fechar todas as portas e janelas excepto as que dão para a integração. Precisamente, esta opção já provou que não era solução. Apenas a adia.

Os dirigentes indonésios continuam a seguir a política do avestruz. E nem mesmo a deterioração da situação na Papua Ocidental, onde muitas das práticas e reivindicações dos combatentes de Timor Leste se encontram presentes, parece levá-los a repensar seriamente a sua posição no conflito. Com isso, tanto o povo timorense como os povos da Indonésia, perdem. Hoje são eles que pagam a factura. Mas não será sempre assim.

EM EBULIÇÃO

Desde o início do ano que se observa na Papua Ocidental um crescente mal-estar e revolta pela presença indonésia no território

No dia 8 de Janeiro 26 pessoas foram feitas reféns pela OPM (*Organisasi Papua Merdeka*, Organização de Libertação da Papua) em Mapenduma, uma aldeia da Papua Ocidental. Sete eram estrangeiros: 1 alemão, 4 britânicos e 2 holandeses.

Dirigido por Kelly Kwalik, um antigo seminarista que foi professor do ensino secundário até 1974, ano em que partiu para as montanhas para se juntar aos guerrilheiros da OPM, o grupo foi libertando aos poucos os sequestrados, conservando apenas consigo, à data em que escrevemos (31/3/96), 11 elementos entre os quais os britânicos e os holandeses.

Nas várias comunicações que foram tornadas públicas por representantes no exterior daquela organização, esta reivindica que a acção faz parte de uma campanha para chamar a atenção da comunidade internacional para a luta pela independência da Papua Ocidental. Apelam a que seja exercida pressão sobre o governo indonésio para que este suspenda a sua política de transmigração para o território e proceda à desmilitarização do mesmo. Apelam ainda a que seja reaberto o processo de descolonização da Papua Ocidental, voltando a colocar o território na agenda das Nações Unidas.

AS RAÍZES DO MAL

No dia 1 de Maio de 1963 o governo holandês, até aí potência colonizadora da Papua Ocidental, entregou a soberania do território ao governo indonésio. Este estava obrigado pelo Acordo de Nova Iorque de 15 de Agosto de 62, patrocinado pela administração norte-americana e adoptado pelas Nações Unidas, a promover um Acto de Opção Livre até 1969, dando ao povo da Papua Ocidental o direito a decidir do seu futuro.

Recusando o princípio de "um homem, um voto", o governo indonésio seleccionou 1025 dirigentes das várias tribos, isolou-os, doutrinou-os, mimou-os com ofertas - relógios, rádios, motorizadas - e reuniu-os em assembleia. O resultado foi um voto esmagador a favor da integração daquele território na República da Indonésia, passando a chamar-se Irian Jaya.

Apesar do relatório muito crítico do seu representante ao Acto, o boliviano Ortiz Sanz, e do voto contra de 15 países africanos recém-saídos do colonialismo europeu, a AG da ONU reconheceu, através da Resolução 2504/XXIV de 19 de Novembro de 1969, os resultados do Acto de Opção Livre.

As autoridades de Jacarta iniciaram então um programa de transmigração que levou para o território centenas de milhares de indonésios das super-povoadas ilhas de Java, Sumatra e Sulavesi, fazendo com que hoje quase 40% da população não seja originária do território. Este movimento foi acompanhado pela intensificação da exploração dos seus recursos naturais, entregue a grandes grupos nacionais e estrangeiros, que levou à expulsão das populações do seu habitat ancestral e à destruição maciça do meio ambiente.

Para os papuas, a única opção de liberdade que lhes foi deixada pela comunidade internacional foi o recurso à luta armada.

O RETOMAR DA INICIATIVA

Em Maio de 1995, o *Australian Council For Overseas Aid* denunciou a prisão, tortura e morte arbitrária pelo exército indonésio, com a cumplicidade das forças de segurança da empresa mineira *PT Freeport Indonesia* (uma subsidiária da multinacional norte-americana *Freeport-McMoRan*), de aldeões papuas acusados de ligações à OPM. Em Setembro desse ano a própria Comissão Nacional de Direitos Humanos indonésia, nomeada pelo governo, veio a público reconhecer que 16 pessoas tinham sido mortas, extra-judicialmente, pela ABRI (Forças Armadas da República da Indonésia).

A partir de então, notícias dando conta de acções da OPM vulgarizaram-se. Rapto de funcionários governamentais, flagelações e confrontos com o exército indonésio, multiplicaram-se ao longo de toda a linha de fronteira com a Papua Nova Guiné (PNG).

A mais importante dessas acções deu-se no dia 27 de Outubro quando mais de 40 homens, alguns deles armados com espingardas automáticas de fabrico norte-americano M-16, invadiram e ocuparam o consulado indonésio em Vanimo, uma cidade da PNG junto à fronteira com a Papua Ocidental.

EXPLOSÃO

A 10 de Março um funcionário da *Freeport* atropelou um papua em Tembagapura, a mais importante cidade junto ao complexo mineiro explorado pela empresa norte-americana. No dia seguinte milhares de pessoas concentraram-se junto à *Freeport* e envolveram-se em violentos confrontos com os militares que guardavam a empresa e que tentaram dispersar a multidão a tiro. Nas 48 horas seguintes, os confrontos generalizaram-se à cidade vizinha de Timika, com assaltos e destruição de instalações da *Freeport*.

Em resultado da violência 4 pessoas morreram e a empresa teve de fechar a mina durante os 3 dias em que ocorreram estes acontecimentos, o que lhe acarretou um prejuízo de 9 milhões de dólares americanos, a que teve de somar os 2 milhões resultantes das devastações (*AAP*, 19/3/96). De acordo com a Amnistia Internacional, as autoridades prenderam 7 pessoas, receando esta organização que as mesmos estejam a ser vítimas de tortura por parte dos militares (*AI*, 14/3/96).

Foi a primeira vez que os sentimentos anti-*Freeport* atingiram uma tal amplitude, levando a que o seu presidente, James Moffet, se deslocasse à mina logo no dia 13 para se encontrar com representantes da tribo dos Amungme, os

tradicionais donos das terras onde a mina tem a sua exploração.

No dia 14 de Março, uma ONG indonésia, a *Indonesian People for Humanity*, anunciava a morte do Dr. Thomas Wainggai, um conhecido dirigente da OPM, ocorrida na véspera quando era transportado da prisão de Cipinang para o hospital da Polícia, em Jacarta.

As circunstâncias da sua morte não foram claras. Os seus companheiros de prisão disseram não lhe conhecer problemas de saúde. Sabe-se apenas que no dia 11 entrou em greve da fome por lhe ter sido recusada autorização para se deslocar a um hospital cristão para aí ser observado, pois começara a sentir-se mal e desconfiava que estaria a ser envenenado pelos guardas. Foi só quando a sua condição se deteriorou que as autoridades prisionais decidiram levá-lo ao hospital da Polícia.

Wainggai tinha sido condenado a 20 anos de prisão por um tribunal indonésio em 1989 por no dia 14 de Dezembro de 1988 ter içado a bandeira da Papua em Jayapura, a capital.

A chegada do corpo deste dirigente a esta cidade no dia 18 de Março provocou nova onda de revolta entre a população local. Impedidos, pelas forças de segurança, de lhe prestar uma última homenagem, milhares de manifestantes em cólera invadiram Abepura, a cidade mais próxima do aeroporto, e queimaram o mercado central - o único que vendia produtos dos transmigrantes - danificaram e incendiaram carros, lojas e escritórios governamentais e arrancaram e rasgaram a bandeira indonésia. O Comandante da Região Militar, quando fazia uma ronda de inspecção ao fim do dia, viu o seu helicóptero ser impedido de aterrar perto da universidade local pelos estudantes que o apedrejaram (*IMN*, 19/3/96).

De acordo com a imprensa indonésia, 4 pessoas teriam morrido, entre as quais um militar, e as autoridades teriam prendido 89 pessoas. A AI, citando fontes locais, refere que entre elas há muitos estudantes, alguns deles brutalmente espancados pelos militares aquando da sua prisão.

OURO DA *FREEPORT* PERDE BRILHO

O nome da *Freeport* tem sido bastante mencionado ultimamente, associado à tomada de reféns ocidentais pela OPM, numa zona próxima à zona mineira concessionada àquela empresa americana.

Se as condenáveis práticas da *Freeport* na Papua Ocidental (do ponto vista social e ambiental) têm já sido abordadas pela imprensa, os seus métodos de trabalho "em casa", nos EUA, são menos conhecidos. O artigo abaixo, transcrito do boletim do *East Timor Alert Network* (ETAN/USA) é particularmente elucidativo em relação a esses métodos. É também exemplar quanto à possibilidade de cidadãos comuns terem êxito no combate contra o poderio dos grandes grupos económicos.

"*A* Freeport-McMoRan, *a maior corporação americana em actividade na Indonésia, tem sido fortemente criticada nos últimos meses pelo seu envolvimento na repressão e na destruição ambiental na Papua Ocidental, território que a Indonésia designa como Irian Jaya, a sua 26ª província.*

A Freeport *é uma empresa mineira sediada em New Orleans e opera as maiores minas de ouro e cobre a nível mundial perto de Timika, na metade ocidental daquela ilha. (...). A actuação da* Freeport *tem agravado a já delicada situação dos direitos humanos no país, acrescentando ao rol a destruição dos solos e a acumulação de lixos tóxicos. A cooperação estreita com o Exército indonésio para protecção das suas actividades só tem servido para agravar as tensões.*

Sendo a Freeport *o maior investidor privado americano na Indonésia (com 10% do capital propriedade do Governo indonésio), a empresa tem servido frequentemente como 'testa de ferro' do regime militar de Suharto nos EUA. O seu combativo Presidente do Conselho de Administração, James Moffet, foi o anfitrião de Suharto nos jantares de aliciamento de financiadores, realizados em Outubro último em Nova Iorque e Washington. As generosas contribuições da* Freeport *para as campanhas de certos congressistas (...), ajudaram a abrir caminho para a inacção do Congresso em relação à Indonésia e a Timor Leste.*

As concessões territoriais atribuídas à Freeport *foram significativamente alargadas em 1994, dando lugar a novas brutalidades contra os residentes locais. Relatórios produzidos em 1995 (...) mostram que a destruição ambiental se agravou à medida que prosseguia a expansão das actividades da companhia. Em Outubro passado, a* Overseas Private Investment Corporation, *uma agência governamental norte-americana, cancelou uma garantia de risco político para as operações da Freeport na Papua Ocidental no valor de 100 milhões de dólares, com base na devastação ambiental provocada e na falsificação de relatórios. Todo o esforço da Indonésia (o próprio Suharto intercedeu pessoalmente junto de Clinton) e dos seus homens de mão (incluindo Henry Kissinger, que pertence à Administração da* Freeport *e é seu consultor) não conseguiu evitar esta desfeita. James Moffet reagiu e passou à ofensiva.*

Quando alguns estudantes da Universidade de Loyola, no Texas, se manifestaram em frente à sua residência, em New Orleans ('Moffet mata por dinheiro'), o Presidente da Freeport *exigiu a devolução de um donativo de 600 mil dólares que a empresa tinha entregue à Universidade dois anos antes, como patrocínio de uma cadeira de Comunicações Ambientais. Quando professores e alunos da Universidade do Texas (Austin) escreveram artigos sobre a depredação ambiental realizada pela* Freeport, *a empresa enviou cartas ameaçadoras à Universidade, a activistas ambientais e a jornalistas locais, forçando o seu Chanceler, William Cunningham, a demitir-se da Administração da* Freeport. *A* Freeport *comprou programas de meia hora em cadeias locais de televisão e publicou numerosos anúncios publicitários de página inteira em jornais regionais e mesmo no* New York Times.

Mas até o Wall Street Journal *pensa que a companhia mineira está a exagerar:* 'Usar uma espingarda contra um mosquito é uma estratégia perigosa. Chama uma atenção desproporcionada para a espingarda. E geralmente permite ao mosquito sobreviver para outro ataque.'. *A controvérsia continua e a Universidade do Texas está agora a equacionar se deverá ou não aceitar um donativo de Moffet para a construção dum edifício que levará o seu nome e o da sua esposa. (...).*"

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317